



Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Sede do DNIT em Brasília/DF
Diretor Geral
Coordenação de Assuntos Parlamentares

OFÍCIO Nº 252230/2025/DG-COPAR/DG/DNIT SEDE

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Ao Senhor

DONMARQUES ANVERES DE MENDONÇA

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - substituto
Ministério dos Transportes
Esplanada dos Ministérios - Bloco R, 6º Andar - Sala 612
70.044-902 - Brasília/DF

Referência: : Ofício nº 1747/2025/ASPAR/GM - Processo nº 50000.038993/2025-27
(na origem)

Assunto: Apelo para a recomposição orçamentária dos investimentos para obras na malha viária no território catarinense.

Senhor Chefe,

1. Trata-se do Ofício nº 1551/2025, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que encaminha a Moção nº 338/2025, de autoria do Deputado Lunelli, o qual manifesta apelo para a recomposição orçamentária deste DNIT, a fim de assegurar os investimentos em obras nas malhas viárias federais no território catarinense.
2. A esse respeito, de ordem do Diretor-Geral e conforme análise da área técnica, informo que a proposta orçamentária apresentada pelo DNIT era superior aos valores aderidos e aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA/2025). Todavia, após estabelecidos os limites e metas orçamentários pelo Poder Executivo, ajustes orçamentários foram feitos na proposta de planejamento desta Autarquia, que resultou na redução dos valores projetados
3. Assim sendo, para que este DNIT realize uma proposta de alteração orçamentária, aderindo um crédito adicional suplementar, é necessário propor cancelamento de compensação de crédito, conforme estabelece o § 2º art. 50 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024. In verbis:

Art. 50. A abertura de créditos suplementares e especiais, a reabertura de créditos especiais e a alteração de que trata o [§ 5º do art. 167 da Constituição](#) serão compatíveis com:

I - a meta de resultado primário estabelecida nesta Lei, quando, observado o intervalo de tolerância de que trata o § 1º do art. 2º:

- a) não aumentarem o montante das dotações de despesas consideradas na referida meta; ou
- b) na hipótese de aumento do referido montante, o acréscimo estiver:

1. amparado no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado em cumprimento ao disposto no [art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000](#) - Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 69 desta Lei;
2. relacionado à transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de recursos que tenham vinculação constitucional ou legal; ou
3. acompanhado de demonstrativo do espaço fiscal na exposição de motivos de projeto de lei de crédito suplementar ou especial; e

II - os limites individualizados aplicáveis às despesas primárias, de que trata o [art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 2023](#), observado o disposto no § 5º do referido artigo, quando:

- a) não aumentarem o montante das dotações destinadas a despesas primárias sujeitas aos referidos limites; ou
- b) na hipótese de aumento do referido montante, os valores das dotações resultantes da alteração, inclusive os créditos em tramitação, sejam iguais ou inferiores aos limites máximos de que trata a [Lei Complementar nº 200, de 2023](#).

§ 1º As ampliações de que tratam a alínea “b” do inciso I e a alínea “b” do inciso II do *caput* serão destinadas prioritariamente ao atendimento de despesas obrigatórias, em conformidade com o relatório de avaliação bimestral de que trata o art. 69.

§ 2º As alterações orçamentárias referidas no *caput* conterão, quando necessário, anexo específico com cancelamentos compensatórios de dotações destinadas a despesas primárias, como forma de garantir a compatibilidade com a meta de resultado primário e com os limites individualizados, conforme o disposto nos incisos I e II do *caput*.

4. Contudo, tendo em vista a redução orçamentária sofrida no planejamento, este Departamento não dispõe de indicação de anulação compensatória para ajustar o orçamento de forma a manter o mesmo orçamento disponibilizado no ano de 2024 ao Estado de Santa Catarina.

5. Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

JIMMY KLEBER MENDES
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Jimmy Kleber Mendes, Chefe de Gabinete da Diretoria Geral**, em 24/09/2025, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22479138** e o código CRC **053D1A7B**.



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote
A - Bairro Asa Norte
CEP 70040-902
Brasília/DF |